

8 • O PAÍS

Degradação pode extinguir os caiová

LUCIA TORIBIO

DOURADOS, MS — Desde o final do ano passado, jovens e adolescentes indígenas caiová atraem, com o sacrifício de suas vidas, a atenção da sociedade para uma tragédia que, há pelo menos três décadas, massacra os remanescentes da Nação Guarani no Mato Grosso do Sul. A onda de suicídios de moças e rapazes entre 13 e 19 anos, enforcados nas poucas árvores que restam na Reserva Indígena de Dourados, chocou a opinião pública e trouxe à tona uma história de degradação e violências, escondida entre as extensas pastagens e plantações de soja, enquanto o País comemorava a expansão da fronteira agrícola e os recordes de produção de grãos. Há uma semana, mais uma jovem caiová — Maura Ramirez, de 15 anos — foi encontrada morta, pendurada em uma árvore da Reserva. Era o terceiro suicídio este ano e 29º nos últimos 12 meses, além de outras 36 tentativas frustradas.

Um relatório, entregue no início do mês passado ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, com as chancelas de "confidencial" e "sigiloso", denunciava a situação de miséria e abandono dos índios caiová e nhandeva, sub-grupos da Nação Guarani. O Ministro manifestou indignação e prometeu providências urgentes, apoiando um programa de emergência até a conclusão dos estudos para redemarcação das áreas indígenas no Estado. O programa de emergência não foi implantado, até agora, por falta de recursos. Ele está orçado em Cr\$ 609 milhões, praticamente o mesmo valor de que a Funai dispõe para aplicar em todo o País durante o ano de 1991.

Funai trabalha nas áreas de conflito

DOURADOS, MS — A Superintendência da Funai da região Centro-Oeste, responsável pelas populações indígenas do Mato Grosso do Sul, instituiu um grupo de trabalho para rever, a partir da próxima semana, todos os processos de regularização fundiária das terras dos índios guarani. Com uma das maiores populações indígenas do País (35 mil índios, sendo 20 mil pertencentes aos sub-grupos guarani caiová e nhandeva), pelo menos 13 áreas de ocupação indígena no Estado estão em situação de conflito, sendo que em quatro delas os índios foram despejados por fazendeiros, com ou sem autorização judicial. Esta situação, no entendimento do Superintendente Odenir Pinto de Oliveira, é a causa da desertificação sócio-cultural daquelas populações e, possivelmente, dos suicídios ocorridos na Reserva Indígena de Dourados.

O trabalho do grupo, coordenado pela Funai com a participação de técnicos da Terrasul, Ibama e das entidades não governamentais PCN (Projeto Caiová Nhandeva) e Cimi (Conselho Indigenista Missionário), começará pelas aldeias Jarará, Jaguapirã, Taquariti e Jaguari, de onde foram despejados cerca de 550 índios, que hoje vivem espalhados por outras Reservas ou acampados nas proximidades das aldeias. Em todos esses casos, as áreas chegaram a ser identificadas pela Funai e, em seguida, foram contestadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial, que não as reconheceu como de ocupação permanente dos índios. Com o parecer do GTI e as decisões judiciais que autorizaram os despejos, o trabalho de regularização das reservas foi todo anulado. Para reaver as terras para os índios, a Funai deverá, agora, reiniciar todo o processo, fazendo novos reconhecimentos e estudos antropológicos para provar a posse imemorial, como prevê a Constituição.

Para o administrador da Funai Hélio de Paula, mais urgente do que reaver as áreas perdidas será evitar um novo despejo. Os 200 habitantes da aldeia de Piracua, no Município de Bela Vista, estão ameaçados de perder os 2,3 mil hectares de terra onde vivem se o Tribunal Regional Federal confirmar a decisão da Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, que acatou o pedido de reintegração de posse do fazendeiro Libero Monteiro de Lima, acusado de ter sido o mandante do assassinato do índio Marçal de Souza, em 1983. A aldeia, segundo o fazendeiro, é parte da fazenda Serra Brava, doada pelo Governo do Estado a seu pai Astúrio Monteiro de Lima, na década de 20. A principal testemunha de defesa de Libero no processo fundiário é o Senador Saldanha Derzi, ex-Líder do Governo Sarney e proprietário rural na região, hoje toda ocupada por imensas plantações de soja.

Mesmo com a ação na Justiça, a comunidade indígena da Aldeia de Piracua conseguiu se recuperar e vive atualmente em relativa tranquilidade, desde que a área foi interditada pela Funai, "para efeito de segurança e garantia da vida e bem-estar dos índios", conforme a portaria 327, de abril de 1989. Ao contrário de outras áreas, os caiová, em Piracua, vivem da agricultura de subsistência, em sistema de lavoura rotativa, e preservam os principais rituais religiosos e tradições culturais dos guaranis.



As famílias indígenas caióvas despejadas da Aldeia Jarará vivem na Vila Soti em barracas improvisadas de lona, numa situação de pobreza absoluta

A miséria indígena à beira da estrada

DOURADOS, MS — Distantes 120 quilômetros da cidade de Dourados, na Vila Joti, município de Carapó, um grupo de 270 índios caiová e nhandeva vive, desde 1987, em barracas de lona preta, na beira da estrada. Eles foram despejados, por ordem judicial, da aldeia Jarará, depois de um processo de reintegração de posse movido pelo fazendeiro Miguel Suptil de Oliveira, de nacionalidade paraguaia. Em situação de miséria absoluta, os índios moram num terreno cedido pela Prefeitura e trabalham como "bóias-frias" nas fazendas da redondeza enquanto aguardam providências do Governo para recuperarem suas terras.

— Não somos ciganos para viver assim. Somos índios, e tiraram nossa terra. O que a Funai vai fazer, o que os homens do Governo vão fazer? — questiona o "capitão" Ambrósio, líder da comunidade.

O despejo da aldeia Jarará resultou de um processo em que, segundo o Superintendente da Funai em Mato Grosso do Sul, Odenir Pinto de Oliveira, foram flagrantemente a omissão e a negligência dos funcionários da Fundação, encarregados, na época, de defender os interesses dos índios guarani. Em todo o processo não consta uma única peça de defesa do advogado do órgão, Juscelino Machado. Entre outras falhas processuais, o advogado apresentou o laudo antropológico, que comprovava que a terra era de ocupação tradicional indígena, sem autenticação, exigida pelo Código Processual, e o documento foi desconsiderado em

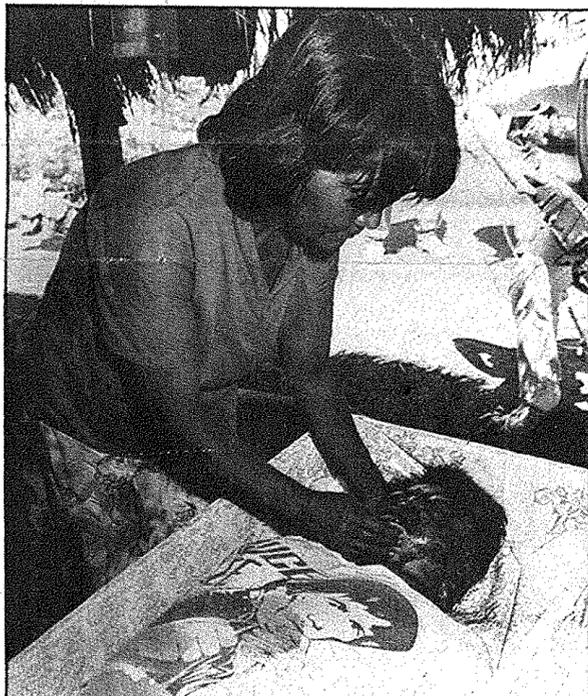
juízo. Com a causa perdida em primeira instância, o advogado perdeu o prazo para recurso da sentença. Uma outra ação de despejo, dos índios da aldeia de Jaguapirã, poderia ter sido contida por um mandado de segurança, mas o advogado chegou dez minutos atrasado para entregar a petição e encontrou o fórum fechado.

Os habitantes da Aldeia Jarará foram expulsos por uma centena de policiais militares fortemente armados, auxiliados por empregados do fazendeiro Miguel Suptil de Oliveira.

— Passaram por cima de velhos e das crianças, não respeitaram ninguém, e deram nossas terras para um estrangeiro — lembra Ambrósio.

— Eu culpo o delegado da Funai — acusa Aírton Biguá, "capitão" da aldeia de Dourados e que tem vários parentes morando na Vila Joti, referindo-se ao então Delegado Lizio Lili, durante a gestão de Romero Jucá. Depois da Justiça, que determinou o despejo dos índios, também o Grupo de Trabalho Interministerial, em 1988, não reconheceu a aldeia Jarará como área de ocupação permanente indígena, contrariando avaliações anteriores, feitas por técnicos da própria Funai.

— Que documento eles querem mais do que nós, vivos, documentos de carne e osso, que nascemos lá, que nossa mãe, nosso pai, nossos avós nasceram lá e estão enterrados naquela terra? — questiona o líder caiová.



A índia Altema acariciava a filha Maura Ramirez, última vítima dos suicídios

Guaranis hoje são submetidos à miséria absoluta

Índios trabalham de bóias-frias nas lavouras de soja

DOURADOS, MS — A outrora exuberante e poderosa nação guarani, cujos domínios se espalhavam pela região Sul do Brasil até o Paraguai, é hoje resquício de uma cultura dispersa em núcleos comunitários espremidos entre plantações de soja e pastagem, no Mato Grosso do Sul. Submetidos à mais absoluta miséria, confinados em pequenos territórios demarcados ou vivendo na beira das estradas, os guaranis se apegam ao passado para resistir à desagregação.

— A gente vai ficar junto aqui, como uma galinha amarrada pelo pé numa árvore, mas não vai embora — garante Santiago, um índio caiová que vive na Vila Joti desde o despejo da aldeia Jarará, em 1986. Santiago, Damaceno e um grupo de jovens visitam, pelo menos uma vez por mês, a terra da qual foram expulsos, e para onde acreditam que vão voltar.

— A gente vai escondido, pelo meio dos matos, para cuidar do cemitério e arrumar tudo direitinho — conta Damaceno.

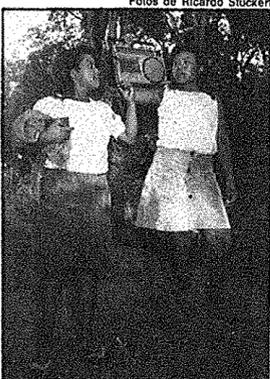
A principal arma dos guaranis é a endogamia, casamentos apenas entre membros da comunidade. As uniões de índios com brancos é reprimida, como na aldeia de Piracua.



Índia caiová amamenta sua filha



Os pequeninos brincam de caçar



O rádio é a diversão das índias

cuá. Nesta aldeia, sob a liderança de Lázaro e Jorge, os caiová conservam boa parte dos seus rituais, como a festa do batismo do milho. Os pouco mais de 2 mil hectares de Piracua são uma espécie de ilha, com suas reservas de mata nativa entre um mar verde de soja e pasto.

— Daqui ninguém vai tirar um único pau. O que sobrou aqui é a nossa vida. A vida do fazendeiro é criar gado — diz Lázaro, apreensivo com a possibilidade de perder as terras na Justiça.

Se em Piracua os índios ainda vi-

vem da lavoura de subsistência, da pesca e da caça, a Reserva Indígena de Dourados é o retrato da devastação. Loteada entre seus 7.700 habitantes, a reserva também não resistiu ao apelo da soja. Os índios recebem sementes e implementos de parceiros brancos e plantam para dividir a produção, abandonando as culturas tradicionais de milho e mandioca.

— O dinheiro da soja não dá para nada, mas sempre ajuda — justifica Narciso Rodrigues, que divide o tempo entre os cuidados com a plantação de soja e o trabalho co-

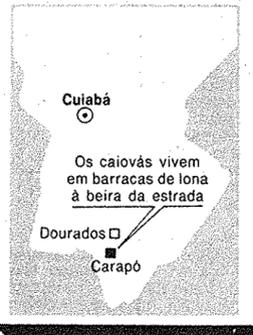
mo bóia-fria, pelo qual recebe diária de Cr\$ 500,00 nas fazendas da região.

Explorados como mão-de-obra barata, os caiová ainda estão expostos às seitas religiosas, que se proliferaram na comunidade. A Casa da Bênção, por exemplo, instalou dois templos, um de cada lado da reserva de Dourados, para, segundo o Pastor Jorge, "salvar esses índios abandonados", que sustentam as igrejas com doações.

— Quem não vai à igreja toma cachaça e por isso morre — diz a índia guarani Iracema.

A área dos caióvas

Os caióvas moram num terreno cedido pela Prefeitura de Carapó e trabalham nas fazendas da região



Marçal de Souza, morte sem culpados

DOURADOS, MS — "Esse Brasil tão grande, que é tão pequeno para nós". A frase, que ilustrou cartazes e camisetas nas campanhas pelos direitos indígenas, foi uma das muitas cunhadas durante os discursos do líder indígena caiová Marçal de Souza, morto a tiros em novembro de 1983 na aldeia Campestre, Município de Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Até hoje o processo de assassinato, em que são acusados o fazendeiro Libero Monteiro de Lima e o pistoleiro Romulo Gamarra, está parado na Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã, à espera de que o caso chegue ao Juri.

— Um índio baixinho, com os dentes estragados, e com uma capacidade de oratória inacreditável — descreve o antropólogo Celso Aoki, que, na época do assassinato, estava trabalhando com Marçal no processo de demarcação da Reserva Indígena de Piracua.

Marçal foi criado na Reserva de Dourados por pastores da Missão Adventista Caiová. Formou-se em enfermagem, casou com uma mulher branca e era o exemplo de sucesso do processo de integração com a civilização branca até meados da década de 70, quando começou o caminho de volta à cultura e tradições indígenas, como definem, hoje, outros líderes caióvas, como Lázaro e Jorge, "capitães" da aldeia Piracua.

Casou-se novamente, com uma mulher índia, renegou os princípios adventistas e, em julho de 1980, Marçal foi convidado a saudar o Papa João Paulo II, durante a sua visita a Manaus. Denunciou com veemência os conflitos de terra e os assassinatos de índios.

— As tribos indígenas brasileiras estão sendo massacradas, exploradas, mortas por pistoleiros que nos matam como animais. No descobrimento do Brasil, éramos uma grande nação e hoje estamos sendo assassinados, vivemos na miséria, marginalizados que somos pelos que têm o nosso chão desse grande Brasil, chamado de País cristão — Marçal surpreendeu o Papa com a violência do seu discurso.

Dez anos depois, nada melhorou para a comunidade de Marçal. Enquanto o processo criminal está parado em Ponta Porã, a Justiça de Mato Grosso do Sul julgou e deu ganho de causa, em primeira instância, ao fazendeiro Libero Monteiro de Lima no processo de reintegração de posse das terras da aldeia Piracua, as mesmas que resultaram na morte do líder indígena. A Funai está recorrendo da decisão do processo fundiário e encarregou o advogado Vítor Constantino de levar a Juri os acusados da morte do líder sindicalista.

230 mil índios à espera de terras

Eles são 230.238 em todo o Brasil, segundo o último levantamento da Funai. Isso representa 0,2% da população do País. Para eles, o Presidente Fernando Collor prometeu que, até o final de seu Governo, em 1994, todas as reservas serão demarcadas — de acordo com o projeto da Funai, numa área total de 86.717.756 hectares, divididos por várias regiões.

São ao todo 200 grupos indígenas identificados, que falam 170 línguas diferentes. Ainda de acordo com a Funai, a população escolar indígena é de 32.793.

A demarcação da terra, no entanto, será um processo difícil, por todos os recursos de que necessita o Governo federal. Ou seja: para cumprir a meta estabelecida pelo Presidente Collor, são necessários, de acordo com cálculos preliminares, cerca de Cr\$ 7,4 bilhões.

O maior problema da demarcação está nos Estados do Amazonas e do Pará, onde há a maior concentração de aldeias. Ao todo, na região, deverão ser demarcados 35 milhões de hectares, pouco menos da metade do total em todo o País. E é justamente na Região Amazônica que acontecem os maiores problemas entre os índios e os fazendeiros locais, que não admitem ceder terras para que os índios possam cultivá-las.

Na Amazônia, também, concentram-se vários grupos indígenas que ainda não tiveram qualquer contato com a civilização. Esses grupos, segundo a Funai, têm de ser preservados, e a única maneira de fazer isso é garantindo as suas terras, para impedir a aproximação dos fazendeiros.